

Um diálogo inacabado: clássicos e contemporâneos da sociologia

Gustavo Martins do Carmo Miranda¹

Recebido em março de 2021

Aceito em junho de 2021

RESUMO

É sabido que há uma vasta literatura associando – de inúmeras formas – clássicos e contemporâneos da sociologia. Todavia, tal discussão ainda é pertinente e possibilita pensarmos em múltiplas possibilidades no universo acadêmico. Diante disto, este artigo estabeleceu uma conexão entre clássicos – Marx, Durkheim e Weber – e contemporâneos – Merton, Parsons, Freidson, Boltanski, Dahrendorf e Lenski –, através da noção das concepções sociológicas desenvolvidas pelos primeiros à luz dos segundos. Para realizar esta abordagem, foram usados conceitos de “concepção” e “modernidades múltiplas”, bem como a delimitação de “sociologia contemporânea”. Em termos de métodos, optou-se por uma revisão bibliográfica de fontes primárias e uma abordagem metateórica. Concluiu-se que esta análise adotada não é apenas válida, como também dialoga com estudos recentes que buscam relacionar os autores aqui abordados

Palavras-chave: Sociologia; Clássicos; Contemporâneos; Concepção; Modernidades.

An unfinished dialogue: classics and contemporaries of sociology

ABSTRACT

It is known that there is a vast literature linking – in countless ways – classics and contemporaries of sociology. However, this discussion is still relevant and allows us to think about multiple possibilities in the academic world. Therefore, this article established a connection between classics – Marx, Durkheim and Weber – and contemporaries – Merton, Parsons, Freidson, Boltanski, Dahrendorf and Lenski – through the notion of sociological conceptions developed by the former in the light of the latter. To carry out this approach, concepts of "conception" and "multiple "modernities" were used, as well as the delimitation of "contemporary sociology". In terms of methods, we opted for a literature review of primary sources and a metatheoretical approach. It was concluded that this analysis adopted is not only valid, but also dialogues with recent studies that seek to relate the authors discussed here.

Keywords: Sociology; Classics; Contemporaries; Conception; Modernities.

Não é novidade no universo acadêmico estabelecer associações – em diversos níveis – entre clássicos e contemporâneos da sociologia. A literatura é vasta e muito variada. Podemos citar alguns exemplos que elucidam este fato: 1) A relação entre Emile

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista CAPES. E-mail: gustavmcm@gmail.com

Durkheim,² Talcott Parsons, Pierre Bourdieu e Niklas Luhmann sobre a temática da “diferenciação social”; 2) A noção de “racionalização” de Max Weber sob os olhares de Jürgen Habermas e Norbert Elias; e 3) A influência de Karl Marx em autores como André Gorz – em torno do chamado “ecossocialismo” –, e Bourdieu – através do conceito de “capital” (DESAN, 2013; LÖWY, 2017; SCAVONE, 2005).

Entretanto, é preciso destacar a dinamicidade da sociologia contemporânea, isto é, seus estudos nos remetem a um constante diálogo com Durkheim, Weber e Marx (LIEDKE FILHO, 2003; SCAVONE, 2005). Neste sentido, há um fluxo de possibilidades³ e alternativas que não se esgotam completamente – o que implica na formulação de novos problemas sociológicos. Daí que os próprios clássicos são atuais, pois “[...] seus conceitos e teorias ainda ressoam com as preocupações contemporâneas.” (APPELROUTH; EDLES, 2008, p. 2, tradução nossa). É com base neste raciocínio que este trabalho se alinha. Porém, antes de adentrarmos nos objetivos deste artigo, é preciso esclarecer alguns pontos.

Em primeiro lugar, deve-se ter em mente o que se entende por aqui quando falamos na constante relação entre clássicos e contemporâneos na sociologia. Tal ideia está diretamente relacionada à noção de “modernidade”. Apoiando-se em Eisenstadt (2001, 2010), a modernidade é compreendida neste artigo em seu sentido múltiplo, ou seja, pressupõe analisar o moderno em termos de uma história contínua – que implica construção e reconstrução. Daí que tanto os clássicos como também os contemporâneos da sociologia estão inseridos espaço multidimensional.⁴

Em segundo lugar, é preciso esclarecer o que estamos chamando de sociologia contemporânea. Sabemos que Marx, Durkheim e Weber são autores consolidados, isto é, estão inseridos no chamado cânone sociológico. Todavia, como ainda é incerta⁵ a

² Pode-se, por exemplo, aproximar Durkheim, com sua problemática de “integração” e “diferenciação de desvios e normas”, com a ideia de espaço social, campo e *habitus* de Bourdieu (SCAVONE, 2005).

³ Alguns autores preferem usar a expressão “espaço transcendental de possibilidades” (VANDENBERGUE, 2016).

⁴ Seguindo essa lógica, cabe ressaltar que sociologia oferece uma espécie de autodescrição reflexiva da modernidade (VANDENBERGUE, 2016).

⁵ Alguns autores entendem que a sociologia contemporânea teve início a partir do final da década de setenta do século passado, outros preferem situá-la a partir de 1935. Ademais, há uma corrente que prefere dar atenção às grandes teorias (*grand theories*), surgidas no contexto posterior à Segunda Guerra Mundial (ALVES, 2010; APPELROUTH; EDLES, 2008; SELL, 2017).

delimitação temporal da sociologia contemporânea, procuramos situá-la a partir do término da Segunda Guerra Mundial (SELL, 2017). É neste contexto que a sociologia passa a ser vista – majoritariamente – como uma disciplina e que adquire uma notável popularidade na sociedade como um todo – em virtude das inúmeras pesquisas realizadas (ALVES, 2010).⁶

Em terceiro lugar, é necessário esclarecer o que entendemos por associar os clássicos aos contemporâneos. Procuramos relacionar algumas concepções desenvolvidas pelos primeiros e sua discussão sob a ótica dos segundos. Entendemos que concepção – enquanto uma definição filosófica propriamente dita – seja uma forma mais abrangente e dinâmica de análise, por estar relacionada com a própria ideia de modernidades múltiplas. Concepção, do latim *conceptio*, refere-se a uma operação em que os sujeitos formam – a partir de suas experiências subjetivas e objetivas – a representação de um objetivo de pensamento. Trocando em miúdos, é uma operação intelectual cujo entendimento constitui o conceito (JAPIASSI; MARCONDES, 2001). Daí a noção de algo contínuo e não acabado.

Feitas estas considerações iniciais, o presente artigo busca relacionar seis concepções desenvolvidas pelos clássicos da sociologia à luz das interpretações dos contemporâneos, a saber: 1) “Anomia” – Durkheim/Merton; 2) “Solidariamente orgânica” – Durkheim/Parsons; 3) “Dominação racional-legal” – Weber/Eliot Freidson; 4) “Capitalismo racional” – Weber/ Luc Boltanski; 5) “Luta de classes” – Marx/ Ralf Dahrendorf; e 6) Estamentos – Weber/ Gerhard Lenski.

Ao estabelecer este tipo de associação, nossa hipótese é a seguinte: é possível encontrar – em autores contemporâneos – um diálogo crítico e também um avanço em relação às concepções elaboradas pelos clássicos da sociologia. Tal fato possibilita pensarmos, inclusive, no desenvolvimento de novas abordagens teóricas e discussões empíricas mais recentes.

⁶ É sempre bom enfatizar que a instituição da sociologia na Europa teve início em 1940. Nos Estados Unidos este processo ganhou os primeiros ares ainda no começo do século passado (ALVES, 2010).

Pensar em concepção dos clássicos à luz dos contemporâneos implica reconhecer a própria peculiaridade da sociologia.⁷ Ela está a todo o momento se reinventando – vivendo de impasses e reorientações. Discussões clássicas envolvendo “anomia”, “solidariedade orgânica”, “dominação racional-legal”, “capitalismo racional”, “luta de classes” e “estamentos”, são reinterpretadas pelos contemporâneos através de um olhar dinâmico, ou seja, da busca por uma atualização daquilo que já foi discutido. Tal fato acaba propiciando o desenvolvimento da chamada “sociologia da sociologia” (IANNI, 1990).

Como método de abordagem, optamos em realizar dois procedimentos. O primeiro deles foi uma revisão bibliográfica de fontes primárias – artigos e livros – elaborados pelos autores aqui discutidos. Selecionamos os materiais voltados propriamente ao objeto de análise.

Após esta etapa, foi realizada uma abordagem metateórica, reflexão da teoria sobre a própria teoria, voltada para uma análise sistemática – privilegiando questões estruturantes e também fundamentais do assunto aqui discutido. Neste sentido:

A análise metateórica não é um fim em si mesma. Como uma propedêutica à construção teórica geral, ele conclama a teórica ou o teórico a comparar e contrastar sistematicamente as posições teóricas no interior do campo enquanto ela/e trilha seu caminho da ação à ordem e à mudança. O propósito da metateoria não é o de evidenciar posições antagônicas no campo, mas o de abraçar seus pontos de vista e construir uma teoria de modo tal que suas próprias limitações sejam superadas em um quadro de referência mais abrangente e dialético (VANDENBERGUE, 2016, p. 145).

O propósito deste tipo de procedimento, de natureza dinâmica, consiste em elaborar um conjunto cumulativo e integrado de temas, problemas e questões que estão presentes no arcabouço da teoria sociológica. Cabe salientar que a metateoria não está necessariamente presa aos pressupostos puramente teóricos, ou seja, a uma visão lógico-conceitual. Ela também possibilita situar, do ponto de vista espacial e temporal, as abordagens sociológicas mediante uma ênfase histórica, isto é, propõem

⁷ Neste caso, haveria uma peculiaridade da sociologia até mesmo em relação com as demais ciências sociais (IANNI, 1990).

relacionar autores e correntes de pensamento (SELL, 2017). É pensando nestas duas possibilidades que este trabalho procurou se apoiar.

A concepção de “anomia” em Durkheim na visão de Merton

Através do diálogo com Durkheim, Merton desenvolveu sua concepção sobre “anomia”. Ao contrário do autor francês que via esta última como um estágio patológico presente em sociedades marcadas por perturbações coletivas e caracterizadas por crises ou transformações profundas (DURKHEIM, 1999, 2000), Merton demonstrou que a “anomia” era um evento corriqueiro, não uniforme e decorria do desequilíbrio da estrutura social. Tal estrutura conduziria ao comportamento desviado dos indivíduos – em vários níveis. “A estrutura social produz uma tendência a anomia e ao comportamento divergente.” (MERTON, 1970, p. 232).

Segundo Merton, a estrutura social seria composta por dois elementos chaves: 1) Objetivos culturalmente definidos – mantidos como propósitos legítimos de todos os indivíduos e; 2) Normas institucionais, que definiriam e regulariam os modos aceitáveis dos objetivos culturais. A fonte da “anomia” viria do conflito – da não integração – entre estes dois componentes: “A teoria em exame considera o conflito entre os objetivos culturalmente definidos e a normas institucionais como fonte da anomia.” (MERTON, 1970, p. 257).

Tomando como base empírica a sociedade norte-americana de sua época – alicerçada, entre outras coisas, pelo “objetivo do bom êxito” –, Merton identificou que haveria uma ênfase considerável dos objetivos culturalmente definidos sobre as normas institucionais. “É o conflito entre os valores culturalmente aceitos e as dificuldades socialmente estruturadas em viver de acordo com esses valores que exerce pressão para os desvios de comportamento e o rompimento dos sistemas normativos.” (MERTON, 1970, p.257). Isto poderia ser percebido, por exemplo, nas competições de atletismo: quando o alvo da vitória fosse despojado de suas roupagens institucionais, haveria o anseio desenfreado em ganhar uma determinada partida não levando em conta as regras do jogo (MERTON, 1970).

Ao contrário de Durkheim que procurou observar a ocorrência da “anomia” principalmente no meio industrial e matrimonial – levando em conta o fator “suicídio” – (DURKHEIM, 1999), Merton buscou analisar este processo estabelecendo cinco tipos de adaptações individuais na sociedade norte-americana contemporânea: 1) Conformidade – interiorização dos objetivos culturais e adesão às normas institucionais; 2) Inovação – haveria uma adesão às normas, porém por meio de desvio; 3) Ritualismo – adesão às normas em detrimento dos objetivos culturais; 4) Evasão – renúncia seguida de abdicação dos objetivos culturais das normas; e 5) Rebelião – haveria uma renúncia, mas seguida de inconformismo e revolta (MERTON, 1970).

Assim, através destes cinco tipos, foi possível identificar – empiricamente – os graus de ocorrências da “anomia” – tendo em vista a conduta dos indivíduos na estrutura social. No caso da inovação, por exemplo, Merton concluiu que o comportamento desviado em questão – exemplificado principalmente pelo furto – seria mais visto nas camadas inferiores norte-americanas. “Dada a estigmatização norte-americana ao trabalho manual, a qual se verificou ser bastante uniforme em todas as classes sociais, e a ausência de oportunidades realísticas para ultrapassar aquele nível, o resultado tem sido uma tendência acentuada em direção ao comportamento desviado.” (MERTON, 1970, p. 218). Já em relação ao ritualismo, teríamos um elemento encontrado na classe média baixa. Os pais exerceriam uma pressão sobre as crianças “[...] a fim de pautarem pelos mandatos morais da sociedade, e na qual a escalada social para cima apresenta menos possibilidade de encontrar sucesso do que entre a classe média superior.” (MERTON, 1970, p. 224). Tal disciplinamento, segundo Merton, poderia levar ao desenvolvimento de crises de ansiedade futuras.

A concepção de “solidariedade orgânica” de Durkheim na visão de Parsons

Mediante um diálogo com Durkheim, Parsons aprofundou a concepção de “solidariedade orgânica” através de sua abordagem centrada na chamada “teoria geral da ação”. Ele tomou como referência a noção durkheimiana de “solidariedade orgânica” enquanto sociedades constituídas por sistemas de “órgãos” diferenciados e integrados – em que cada parte, no caso os indivíduos, possui um papel e uma personalidade

(DURKHEIM, 1999). Isto pode ser percebido quando o autor norte-americano procurou relacionar o sistema social com outros dois sistemas – o de personalidade e o cultural. “Uma sociedade não é somente um sistema social, mas também uma rede complexa de subsistemas inter-relacionados e interdependentes [...]” (PARSONS, 1984, p. 50).

O sistema social seria “[...] constituído pela interação direta ou indireta de seres humanos entre si.” (PARSONS, 1984, p. 49). O sistema de personalidade compreenderia a ação dos indivíduos em diferentes níveis e papéis. “É o papel ou status-papel de um indivíduo que o torna a unidade do grupo, isto é, a estrutura do sistema social.” (PARSONS, 1984, p.51). Já o sistema cultural, dizia respeito ao comportamento, interação, padronização e internalização dos papéis mediante uma atribuição de significados dos objetos (PARSONS, 1970). Através da relação entre estes sistemas, a noção de papel ficaria mais clara, pois indicaria tanto um setor da personalidade, como também um comportamento padronizado de cada ator (PARSONS, 1970).

Mediante a relação entre estes sistemas, Parsons conseguiu avançar, principalmente do ponto de vista empírico, as análises durkheimianas da “solidariedade orgânica” no contexto moderno da divisão do trabalho – onde os indivíduos não eram mais agrupados segundo suas relações de descendência, mas sim mediante regras jurídicas (DURKHEIM, 1999). O autor norte-americano procurou demonstrar tal fato através da análise funcional das profissões em subsistemas da sociedade ocidental moderna (PARSONS, 1970).

Um dos exemplos empíricos de Parsons foi a mudança da prática médica na modernidade. Ela passou a ser organizada em torno de papéis institucionalizados mediante uma profissão alicerçada pelo conhecimento científico. Este fator seria um exemplo da divisão do trabalho (PARSONS, 1970).

A alta competência técnica do médico também implicaria uma especificidade de sua função – o que acabaria excluindo a especialidade em outros campos. Não se esperaria, por exemplo, uma opinião fundamentada deste profissional em relação à legislação fiscal ou mesmo a uma política externa. A prática médica deveria ser compreendida no sistema social – a relação médico-paciente propriamente dita. A

saúde seria uma das necessidades funcionais dos indivíduos na sociedade. A enfermidade tornaria os sujeitos incapacitados de desempenharem seus diversos papéis sociais. Daí que a prática médica seria um mecanismo de combate contra estas doenças (PARSONS, 1970).

A concepção de “dominação racional-legal” de Weber na visão de Freidson

Podemos dizer que Freidson resgatou alguns pontos-chaves desta concepção weberiana, a saber: 1) A estrutura na dominação racional-legal baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas mediante uma jurisdição – representadas, por exemplo, pelo Estado; e 2) As categorias fundamentais desta dominação – hierarquia oficial, não uniformidade do tipo de controle e separação entre os quadros administrativos (WEBER, 2004). O autor norte-americano procurou fazer isto relacionando profissão e Estado (FRIEDSON, 1996). Daí o seguinte pressuposto: “Argumento que o controle ocupacional do trabalho possui importância teórica em igual nível dos modelos da burocracia racional-legal” (FREIDSON, 1999, p. 121, tradução nossa).

Freidson definiu profissão como uma ocupação, um tipo específico de trabalho especializado. Ao contrário da prática do ofício – que preservaria o controle laboral procurando manter segredo sobre a estrutura de suas qualificações – os indivíduos ligados à profissão passariam por treinamentos criteriosos e institucionalizados pelo Estado. “A variação mais importante para o profissionalismo é o Estado. As instituições do profissionalismo não podem ser estabelecidas ou mantidas sem o exercício do poder do Estado.” (FREIDSON, 1996, p. 04).

Freidson acreditou que a atuação do Estado não era uniforme (FREIDSON, 1999). Através de um modelo tipológico, ele classificou quatro elementos distintos de Estados agrupados em duas dimensões. “Uma dimensão é a maneira como os ministérios e agências estatais se organizam para executar a política do Estado.” (FREIDSON, 1999, p. 123, tradução nossa). Esta seria representada pelo modo hierárquico – que se referiria à burocracia-racional legal composta por funcionários qualificados de carreira –, e o modo coordenativo – um decreto estatal não hierárquico.

A outra dimensão dizia respeito ao exercício do poder do Estado – enquanto orientador de políticas. Tal dimensão seria representada pelo Estado reativo – agiria como “facilitador” e permitiria que a maioria dos assuntos fosse gerida por grupos organizados da sociedade –, e pelo Estado ativista – que seguiria sua própria visão do que seria desejável (FRIEDSON, 1999).

Assim, estas tipologias estatais seriam relacionadas – empiricamente – com as profissões através das seguintes combinações: 1) Estado coordenativo/reativo; 2) Estado hierárquico/reativo; 3) Estado hierárquico ativista; e 4) Estado coordenativo/ativista. No Estado hierárquico/ativista, por exemplo, as profissões ficariam totalmente vinculadas a uma estrutura burocrática de governo. “Em um estado hierárquico/ativista, por outro lado, constituiria o ‘corporativismo estatal’, a associação participante aparecendo como criatura da política estatal, que não pode expressar outra posição senão a aprovada pelo governo” (FRIEDSON, 1996, p. 05). Esse seria um caso dos médicos da União Soviética (FRIEDSON, 1994).

A concepção de “capitalismo racional” em Weber na visão de Boltanski

O sociólogo francês Luc Boltanski dialogou criticamente com a concepção weberiana de “capitalismo racional”, tomando como base a obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Ele buscou como referência a compreensão de Weber em torno da emergência do *ethos* capitalista moderno – baseado na ascese protestante intramundana que beneficiou a tendência à vida burguesa economicamente racional (WEBER, 2003). Daí que “[...] em Weber, a noção de espírito tem lugar numa análise dos tipos de condutas racionais práticas, das incitações práticas à ação que constituem um novo *ethos*, possibilitam a ruptura com as práticas tradicionais, a generalização da disposição para o calculismo [...]” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42).

Boltanski não pretendeu esmiuçar e compreender a gênese do capitalismo, mas sim analisar em que condições ele ainda vigora, isto é, buscou evidenciar suas variações ao longo do desenvolvimento da sociedade. “Nosso propósito é o estudo das variações observadas e não a descrição exaustiva de todas as constituintes do espírito do capitalismo.” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 43).

Todavia, este estudo das variações observadas não descartaria as “[...] características mais estáveis do capitalismo.” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 42). Boltanski reconheceu em Weber o pioneirismo na descrição da emergência do capitalismo moderno mediante um *ethos* capitalista. “No entanto, ao longo desse percurso histórico, permanecemos fieis ao método do tipo ideal weberiano sistematizando e ressaltando o que nos parece específico de uma época em oposição às épocas precedentes.” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.42). O sociólogo francês procurou relacionar a concepção weberiana com a noção de “justificação”:

Quanto a nós, retomamos essas [...] dimensões, inserindo o termo justificação numa acepção que possibilite abarcar ao mesmo tempo as justificações individuais (aquilo em que uma pessoa encontra motivos para empenhar-se na empresa capitalista) e as justificações gerais (em que sentido o empenho na empresa capitalista serve ao bem comum) (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 41).

Segundo Boltanski, seria possível identificar três estágios históricos do chamado “espírito do capitalismo”. O primeiro seria datado nos finais do século XIX. Nesta fase haveria uma junção entre dois elementos relacionados à burguesia: 1) A figura do burguês; e 2) a moral burguesa. O primeiro se associava às chamadas “[...] disposições econômicas inovadoras (avareza ou parcimônia, espírito poupador, tendência a racionalizar a vida cotidiana em todos os seus aspectos, desenvolvimento de habilidades contábeis, de cálculo e previsão) [...]” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.49). Já o segundo dizia respeito à “[...] posicionamentos domésticos tradicionais: importância atribuída à família, à linhagem, ao patrimônio, à castidade das moças (para evitar casamentos desvantajosos e dilapidação do capital); caráter familiar ou patriarcal das relações mantidas com os empregados [...]” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p.49).

O segundo teria se desenvolvido entre os anos 30 e 60 do século XX. Seria um capitalismo baseado não tanto no empresário individual, mas sim na organização – na empresa centralizada e burocratizada. O diretor empresarial teria um papel chave, pois ele desejaria aumentar o tamanho da firma no intuito de desenvolver uma produção em massa, “[...] baseada em economias de escala, na padronização dos produtos, na

organização racional do trabalho e em novas técnicas de ampliação dos mercados (marketing).” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p 50).

Já o terceiro estaria ainda em formação. Ele seria semelhante a um capitalismo globalizado – no qual colocaria em prática novas tecnologias em um mundo cada vez mais conectado. “[...] novas tecnologias de comunicação, encabeçadas pela telemática, possibilitaram gerar encomendas em tempo real em nível planetário, conferindo meios para uma reatividade mundial até então desconhecida.” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 23). Desta forma: “Pode-se assim pensar que a formação de um terceiro espírito do capitalismo e sua encarnação em dispositivos que dependerão em grande medida do interesse apresentado para as multinacionais [...]” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, 52).

A concepção de “luta de classes” de Marx na visão de Dahrendorf

Ralf Gustav Dahrendorf compreendeu como uma postura bastante crítica a concepção de “luta de classes” de Marx. Fez isto tomando como base a obra *Manifesto Comunista*. Segundo Dahrendorf, Marx elaborou uma “teoria das classes” que não teria sustentação empírica – quando observada através dos chamados padrões de desenvolvimento social. Ele não concordou que a visão marxiana da sociedade capitalista do século XIX marcada por um processo de mudança radical em virtude da luta entre burguesia e proletariado (ENGELS; MARX, 2003), seria perceptível na sociedade contemporânea. Isto levaria a uma visão puramente linear e deveria ser evitado do ponto de vista sociológico (DAHRENDORF, 1959).

Tomando como base empírica as sociedades industriais avançadas, Dahrendorf procurou elaborar uma espécie de teoria centrada no conflito. As sociedades industriais avançadas deveriam ser explicadas por “[...] uma teoria da mudança e do conflito que afirma ser aplicável não apenas às sociedades capitalistas, mas às sociedades industriais em geral.” (DAHRENDORF, 1959, p.36, tradução nossa).

Dahrendorf acreditou que Marx demonstrou certa “ingenuidade sociológica” quando expressou sua crença de que a sociedade capitalista seria totalmente incapaz de lidar com o conflito de classes gerado por sua estrutura. (DAHRENDORF, 1959).

Com o advento das sociedades industriais, ocorreu uma institucionalização dos conflitos. “A institucionalização do conflito de classes implica sua existência continuada.” (DAHRENDORF, 1959, p.66, tradução nossa). A institucionalização do conflito de classes estaria muito distante da luta de classes vista por Marx (DAHRENDORF, 1959).

Tal institucionalização dos conflitos ocorreria de forma heterogênea. As sociedades industriais se caracterizariam por uma mobilidade social. Elas se diferenciariam das sociedades capitalistas do século XIX que, segundo Marx, seria cada vez mais divididas em duas grandes classes opostas – burguesia e proletariado (ENGELS; MARX, 2003). Com a proliferação de empresas estatais e cooperativas no século XX, Dahrendorf observou o desenvolvimento de trabalhadores qualificados, semiespecializados e também uma emergência de uma nova classe média – composta por trabalhadores de escritório. Os conflitos seriam vistos mais em termos de “grupos” – enquanto autoridades – do que de classes. “Grupos de conflitos, gerados pela distribuição diferenciada de autoridade em associações imperativamente coordenadas.” (DAHRENDORF, 1959, p. 183, tradução nossa).

Através da institucionalização, os conflitos não desapareceriam. Eles seriam regulados via órgãos legislativos e tribunais de justiça. Haveria uma legitimação dos conflitos de interesses dos grupos. Tais interesses não estariam relacionados à distribuição escassa de recursos, mas sim aos contratos (DAHRENDORF, 1969).

A concepção de estamentos em Weber na visão de Lenski

No sexto – e último – caso, podemos encontrar uma ampliação da concepção de “estamentos” em Weber, através da noção de “cristalização de status” desenvolvida pelo sociólogo norte-americano Gerhard Lenski.

Lenski fez uma interpretação do trabalho de Weber sobre “classes, “estamentos” e partidos”. Segundo Lenski, a abordagem weberiana – ao não analisar isoladamente os “estamentos” – foi importante para superar uma análise da estratificação social com influências marxianas – pautadas numa estrutura hierárquica e unidimensional em que cada membro ocuparia uma única posição de classe. “Desde

Max Weber até os dias atuais essa abordagem tradicional passou a ser criticada” (LENSKI, 1954, p. 405, tradução nossa).

Lenski argumentou que Weber, ao não desenvolver uma teoria sistemática da estratificação social, contribuiu para uma reformulação dos problemas e dos conceitos sobre esta área. Podemos dizer que o argumento weberiano sobre a possibilidade de transformação dos “estamentos” em “castas fechadas” (WEBER, 1974), levou o sociólogo norte-americano a pensar sobre o próprio grau do fenômeno da estratificação na contemporaneidade através de uma análise multidimensional – envolvendo inúmeras hierarquias verticais e paralelas que correlacionavam entre si (LENSKI, 1984). A visão weberiana possibilitaria sair de dicotomias como “existe ou não um sistema de castas na sociedade norte-americana”, para “até que ponto o sistema de castas, caso exista, está presente na sociedade norte-americana” (LENSKI, 1984).

A “cristalização de status” foi usada por Lenski como sinônimo de “consistência de status” dos indivíduos na sociedade. Ele buscou correlacionar empiricamente esta concepção com status social – no caso deste último, usando uma posição hierárquica de renda, ocupação, educação e etnia (LENSKI, 1954). Para tanto, foi realizado uma pesquisa – via entrevistas – em Detroit, no intuito de compreender a escolha do voto dos entrevistados para eleição presidencial de 1948, 1952 e a governamental de 1950 (LENSKI, 1954).

Lenski estabeleceu uma distribuição de frequência para cada uma das quatro categorias do status social. Posteriormente, usando este primeiro procedimento como base, atribuiu *scores* para cada uma das posições – a fim de comparar a posição dos entrevistados. Após isto, estabeleceu uma medida quantitativa de “cristalização de status”. Como resultado deste último procedimento, agrupou os entrevistados em dois grupos: 1) Alto grau de cristalização – consistência sólida; e 2) Baixo grau de cristalização – consistência frágil.

O comportamento político dos entrevistados indicou o seguinte: indivíduos com baixa cristalização de status votaram em maior número nos candidatos do Partido Democrata do que aqueles com alta cristalização – estes apoiaram, em maior magnitude, os Republicanos. Daí a constatação: uma pessoa com pouca cristalização

ocupa uma posição inconsistente no ambiente social. Ela estaria à margem e sujeita a certas pressões. “Uma posição em que ela provavelmente será submetida a inúmeras experiências desagradáveis no curso natural da interação social.” (LENSKI, 1956, p. 458, tradução nossa).

Desta forma, a relação entre “cristalização de status” e comportamento político estaria relacionada à estrutura social e mudança. Indivíduos com baixa cristalização apoiariam os Democratas – e suas políticas mais liberais – buscando tanto alterar a ordem social existente, como também minar a posição social dos membros das classes influentes na sociedade norte-americana (LENSKI, 1956).

Considerações finais

Trazer à tona uma associação entre clássicos e contemporâneos da sociologia pode parecer, em um primeiro momento, algo não atual – ou mesmo um tema já desgastado. Todavia, ao se combinar a noção de “concepção” e “modernidade” aqui adotadas, novas possibilidades parecem surgir ou mesmo ressurgir com outras perspectivas – podemos falar, por exemplo, em “concepções das concepções”. Ademais, o entendimento – do ponto de vista temporal – de sociologia contemporânea compreendido neste artigo, abre um leque interessante de abordagens teóricas plurais – elaboradas a partir do término da Segunda Guerra Mundial.

A concepção de “anomia” de Durkheim na visão de Merton possibilita pensarmos no retorno a uma associação entre ambos os autores, tal como fizeram recentemente Çam e Irmak (2014) e Faizi *et al.* (2017). Contrariando – por exemplo – Sell (2017), que não vê a necessidade de trazer à tona os pressupostos básicos mertonianos – por considerá-los já bem trabalhados –, estes autores – partindo justamente da ótica da “anomia social” – argumentam a necessidade de se explorar as diferenças entre Merton e Durkheim – já que elas seriam ignoradas, tendo em vista a hegemonia assumida pela teoria mertoniana (FAIZI *et al.*, 2017). Ademais, a interpretação empírica da visão de “anomia” de Merton – tomando como base as influências durkheimianas – é um tema recorrente. Atualmente, há trabalhos que se interessam em compreender o Irã sob esta ótica (FAIZI *et al.*, 2017).

Pensar a concepção de “solidariedade orgânica” de Durkheim através da ótica parsoniana dos papéis sociais é pertinente, uma vez que atualmente há um interesse em torno dos estudos das profissões – sobretudo a médica. Durkheim é visto como um dos autores que influenciaram Parsons na compreensão das especificidades decorrentes da divisão do trabalho. O sociólogo norte-americano é tido como um dos pioneiros da chamada “sociologia das profissões” (JAISSON, 2018).

A concepção weberiana de “dominação racional-legal” sob a ótica da relação entre profissão e Estado de Friedson, também nos remete aos estudos atuais da “sociologia das profissões”. Sell (2014) argumenta que – desde 1970 – Heidelberg tem sido um palco frutífero de atualização do pensamento do autor alemão. Podemos estender este ambiente intelectual para fora da Alemanha também. Segundo Schmitz (2014), Friedson – um norte-americano, vale lembrar – pertenceria ao grupo dos chamados neweberianos críticos. Ele seria responsável por dar continuidade dos trabalhos sobre “sociologia das profissões” nos EUA – todavia, através de uma visão crítica em relação aos argumentos parsonianos.

A concepção weberiana de “capitalismo racional” pensada na visão das “fases do espírito do capitalismo” de Boltanski, abre duas possibilidades convergentes. A primeira diz respeito aos estudos atuais que conectam ambos os autores na discussão do “espírito do capitalismo” – este seria o sustentáculo da chamada “ideologia gerencialista” presente no capitalismo contemporâneo (GEMELLI, 2020). A segunda refere-se à possibilidade da ampliação da visão do pensamento de Boltanski. Vandenberg (2006) considera este autor um legítimo representante da “nova sociologia francesa”. Sem deixar de lado esta definição, podemos acrescentar o seguinte: Boltanski seria um novo representante da sociologia francesa que, além de estabelecer um diálogo crítico com Bourdieu, busca trazer à tona uma revisão weberiana do *ethos* capitalista para compreender o próprio movimento do capitalismo contemporâneo.

A concepção marxiana de “luta de classes”, na visão da “teoria de conflito” de Dahendorf, traz à tona a importância da atualidade de Marx – principalmente levando-se em conta a discussão sobre classes. Dias Junior (2012), tem se dedicado aos estudos de Dahendorf – em torno de diferentes olhares. Um deles é justamente a crítica deste autor aos chamados modelos totalizantes e utópicos da sociedade – desenvolvidos por

autores como Kar Marx, através de sua “filosofia da história” e “luta de classes”. Ademais, embora tenha realizado uma leitura bastante crítica de Marx, Dahendorf comunga com o primeiro a ideia de uma sociedade em tensão. Daí a presença de estudos atuais que buscam estabelecer uma relação entre os dois autores através da temática da inclusão e exclusão social (GÜÇLÜ; IRMARK, 2012).

Já a concepção de “estamentos” de Weber na visão de Leinski – centrada na chamada “cristalização de status” –, possibilita pensarmos nos estudos atuais – na área da estratificação social – que buscam relacionar ambos os autores em torno dos comportamentos políticos nas democracias modernas (DUBROW, 2015). Há um interesse acadêmico em debater o tema da decisão política mediante uma espécie de via de mão dupla: a economia impacta a política e vice-versa. Weber e Lenski seriam importantes para sustentar esta visão, já que ambos procuraram se afastar de uma visão puramente economicista dos comportamentos políticos, pois discutiram a noção de “poder” através de uma perspectiva multidimensional (BARNETT; MCNAIR, 2004).

Como podemos notar, há uma gama de possibilidades que são – inclusive – relacionadas com outras abordagens ainda mais atuais de pesquisas. Este leque que não parece findar, também propicia pensarmos em estudos futuros. A concepção dos clássicos à luz dos contemporâneos – seja do ponto de vista de avanço ou de uma crítica – traz à tona a necessidade da relação constante entre ambos. Os clássicos são imprescindíveis para os contemporâneos, na medida em que os primeiros integram o campo do discurso teórico dos segundos (ALEXANDER, 2005).⁸ Isto não quer dizer que a sociologia seja uma ciência pouco amadurecida,⁹ mas sim que possui uma potencialidade de estar em constante reconstrução – os clássicos auxiliam os contemporâneos neste processo. Daí que as novas abordagens aqui discutidas sobre “anomia”, “solidariedade orgânica”, dominação “racional-legal”, “capitalismo racional”, “luta de classes” e “estamentos”, indicam um desafio do fazer sociológico. “As teorias

⁸ Cabe ressaltar que o reconhecimento de um clássico implica uma espécie de ponto de referência em comum (ALEXANDER, 2005).

⁹ No sentido da necessidade de sempre estar voltando aos clássicos para se apoiar. Tal argumento seria incorreto, pois estaria se baseando em princípios das ciências naturais (IANNI, 1990).

multiplicam-se. Há contínuas criações quanto ao objeto e método, conceitos e interpretações, temas e linguagens.” (IANNI, 1990, p. 08).

Por fim, cabe ressaltar que o método aqui adotado – centrado na chamada metateoria – procurou tratar os aspectos teóricos das concepções dos clássicos da sociologia à luz dos contemporâneos relacionando-os a duas visões: 1) Lógico-conceitual; e 2) Histórica. Todavia, cabe uma reflexão sobre a necessidade de aprofundar esta segunda, a fim de dar uma atenção mais acentuada ao contexto sócio-histórico das construções teóricas dos intelectuais.¹⁰ Afinal de contas – neste próprio artigo – enfatizou-se que autores contemporâneos da sociologia tomaram como base as sociedades de suas épocas para elaborar uma releitura dos clássicos. “A realidade social é um objeto em movimento. As suas configurações estáveis, normais, estáticas, sincrônicas representam momentos, sistemas, estruturas da mudança, dinâmica, modificação, transformação, historicidade, devir.” (IANNI, 1990, p. 05).

Referências

ALEXANDER, Jeffrey C. A importância dos clássicos. In. GIDDENS, Antony; TURNER, Jonathan H. (Orgs). **Teoria Social Hoje**. São Paulo: UNESP, 2005.

ALVES, Paulo Cesar. A teoria sociológica contemporânea: da superdeterminação pela teoria à historicidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.25, n.1, p.15-31, abr. 2010.

APPELROUTH, Scott; EDLES, Laura. **Classical and Contemporary Sociological Theory: Text and Readings**. Índia, Sage Publications, 2008.

BARNETT, Bernice McNair. Introduction: The Life, Career, and Social Thought of Gerhard Lenski-Scholar, Teacher, Mentor, Leader. **Sociological Theory**, v.22, n.2, p.163-193, jun. 2004.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ÇAM, Taner; IRMAK, Fatih. An overview of Durkheim and Merton’s social anomie. **International Journal of Human Science**, Sakarya, v.11, n.2, p. 1297-1305, jul./dez., 2014.

¹⁰ Seria pensar no chamado estudo histórico-sociológico. Ele parte do princípio de que os discursos teóricos produzidos pelos autores são, também, produtos sociais (SELL, 2017).

DAHRENDORF, Ralf. **Class and class conflict in industrial society**. Stanford: Stanford Univ. Press, 1959.

DESAN, Mathieu Hikaru. Bourdieu, Marx, and Capital: A Critique of the Extension Model. **Sociological Theory**, EUA, v.31, n.4, p.318-342, jan. 2013.

DIAS JUNIOR, Antonio Carlos. O lugar das utopias no pensamento de Ralf Dahrendorf: crítica a Talcott Parsons e Karl Marx. **Em Tese**, Florianópolis, v.9, n.1, p.27-38, jan./jul., 2012.

DUBROW, Joshua Kjerulf. Political Inequality is International, Interdisciplinary, and Intersectional. **Sociology Compass**, EUA, v.9, n.6, p.477-486, jun. 2015.

DURKHEIM, Emile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Emile. **O suicídio: estudo de sociologia**. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

EISENSTADT, Shmuel Noah. Modernidades múltiplas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n.35, p.139-163, abr. 2001.

EISENSTADT, Shmuel Noah. The New Religious Constellations in the Frameworks of Contemporary Globalization and Civilizational Transformation. In. BEN-RAFAEL, Eliezer; STERNBERG, Yitzhak. (Orgs). **World Religions and Multiculturalism: A Dialectic Relation**. Boston-Leiden: Brill, 2010.

FAIZI, Iraj. *et al.* Anomie theory of Durkheim and Merton, Similarities, Differences and Methods of Measurement. **Social Welfare Quarterly**, Teerã, v.17, n.66, p.9-52, 2017.

FREIDSON, Eliot. **Professionalism reborn: theory, prophecy, and policy**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

FREIDSON, Eliot. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento formais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 11, n. 31, p.141-145, jun. 1996.

FREIDSON, Eliot. Theory of Professionalism: Method and Substance. **Revue Internationale de Sociologie**, v.9, n.1, p.117-129, 1999.

GEMELLI, Catia Eli. Capitalismo flexível como propulsor da ideologia gerencialista: um diálogo com Luc Boltanski, Ève Chiapello, Vincent de Gaulejac e Richard Sennett. **Farol**, Belo Horizonte, v.7, n.19, p.738-767, ago. 2014.

GÜÇLÜ, İdris; IRMAK, Fatih. Revisiting Marx and Dahrendorf on social exclusion and inclusion. **International Journal of Human Science**, Sakarya, v.9, n.2, p.1499-1509, jul./dez., 2012.

IANNI, Octavio. A crise dos paradigmas na Sociologia: problemas de explicação. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº13, v. 5, jun. 1990.

JAISSON, Marie. O estudo de práticas médicas: o cenário da sociologia das profissões. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.27, n.2, p.704-714, jul./set., 2018.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

LENSKI, Gerhard Emmanuel. Status Crystallization: A Non-Vertical Dimension of Social Status. **American Sociological Review**, v. 19, n. 4, p.405-413, ago. 1954.

LENSKI, Gerhard Emmanuel. 1956. Social Participation and Status Crystallization. **American Sociological Review**, v. 21, n. 4, p.458-464, ago. 1956.

LENSKI, Gerhard Emmanuel. **Power and privilege: a theory of social stratification**. Chapel Hill; London: The University of North Carolina, 1984.

LIEDKE FILHO, Enno Dagoberto. Sociologia Brasileira: tendências institucionais e epistemológico-teóricas contemporâneas. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 5, n. 5, p. 216-245, jan. 2003.

LÖWY, Michael. O marxismo de André Gorz. **Caderno CRH**, Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades da Universidade Federal da Bahia, Salvador, v.3, n.81, p.427-433, set./dez., 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista: texto integral**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

MERTON, Robert King. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

PARSONS, Talcott. **El sistema social**. Madrid: Revista de Occidente, 1970.

PARSONS, Talcott. 1984. O conceito de sistema social. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio (Orgs). **Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral**. São Paulo: Nacional, p.47-56.

SCAVONE, Lucília. Dos clássicos aos contemporâneos. **Cadernos de Campo**, Araraquara, n.11, p.9-16, 2005.

SCHMITZ, Aldo Antonio. Max Weber e a corrente neweuberiana na sociologia das profissões. **Em Tese**, Florianópolis, v.11, n.1, p.10-29, jan./jun., 2014.

SELL, Carlos Eduardo. Weber no Século XXI: Desafios e Dilemas de um Paradigma Weberiano. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n.1, p.35-71, mar. 2014.

SELL, Carlos Eduardo. Introdução: O que é teoria sociológica contemporânea? In: MARTINS, Carlos Benedito; SELL, Carlos Eduardo (Orgs). **Teoria sociológica contemporânea: atores e perspectivas**. São Paulo: Annablume, p.13-46, 2017.

VANDENBERGUE, Frédéric. Construção e crítica na nova sociologia francesa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.2, p.315-366, ago. 2006.

VANDENBERGUE, Frédéric. Cultura e agência: a visão de “dentro”. **Sociologias**, Porto Alegre, v.18, n.41, p.130-163, jan/abr. 2016.

WEBER, Max, TRAGTENBERG, Mauricio. **Ensaio de sociologia e outros escritos**. São Paulo: 1974.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2. ed. rev. São Paulo: Thomson, 2003.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora UnB, 2004.